



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , de 2018.

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a Política Nacional de Saúde Mental.

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, no dia 30 de maio do corrente ano, para que autoridades e entidades afetas à saúde mental apresentem a atual situação da Política de Saúde Mental e seja realizado o debate.

JUSTIFICAÇÃO

A Luta Antimanicomial faz 31 anos. Em 1987, no II Congresso dos Trabalhadores de Saúde Mental, no município de Bauru (SP), o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial apresentou sua agenda de lutas “Por uma sociedade sem manicômios”.

A reivindicação dos trabalhadores, mais tarde envolvendo familiares e pessoas com transtornos mentais, tinha como perspectiva uma reforma psiquiátrica com a elaboração de políticas públicas que fossem comunitárias, garantidoras de direitos – elementos esses impensáveis de serem garantidos dentro de hospitais psiquiátricos.

Passados 31 anos, muitas conquistas foram alcançadas. Se na década de 80 tínhamos aproximadamente 100 mil leitos em hospitais psiquiátricos, atualmente, temos aproximadamente 23 mil leitos, todos eles, em processo de fechamento. Situação que pode ser revertida pelo atual ilegítimo governo, maculando os marcos tão duramente conquistados pela luta antimanicomial.

Assim, corre risco dos recursos públicos da União, antes majoritariamente, investidos em hospitais psiquiátricos, deixarem de ser investidos na Rede de Atenção



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Psicossocial (RAPS), composta por Centros de Atenção Psicossocial, Hospital Geral, Unidades básicas de Saúde, Residências Terapêuticas, entre outros equipamentos, que partem da premissa que a liberdade é terapêutica.

Portanto, agenda da luta antimanicomial está em plena vigência. Ainda há cerca de 161 hospitais psiquiátricos que necessitam ser fechados e substituídos pela RAPS; são aproximadamente seis mil pessoas em hospitais de custódia, cumprindo medida de segurança (muitas vezes, em situação de prisão perpétua), que deveriam já ter sido reintegradas à sociedade por meio da RAPS; são inúmeras Comunidades Terapêuticas, com sistemáticas denúncias de violação de direitos humanos, que atuam na perspectiva que atuavam os hospitais psiquiátricos; e, de maneira muito preocupante, são grandes as sinalizações de retrocesso nas políticas públicas, com as medidas antipovo, antidemocráticas e de privilégio aos bancos, grandes empresários e rentistas.

Esta Audiência Pública tem muita importância, uma vez que entidades ligadas à saúde mental, pesquisadores (as), estudiosos (as) do tema poderão expor à esta Comissão a real situação dessa política no Brasil

Portanto, considerando que a importância do tema, solicito o apoio dos nobres e das nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em ----- de abril de 2018.

ERIKA KOKAY
Deputada Federal
PT – DF



CÂMARA DOS DEPUTADOS